

O PRESIDENTE JOÃO GOULART NO CINEMA, O CINEMA E O BRASIL NA HISTÓRIA

Charles Sidarta Machado Domingos¹

RESUMO

Este artigo analisa o filme-documentário Jango, de Silvio Tendler, à luz da História do Brasil. Traçar um paralelo entre o contexto da produção do filme – Movimento pelas Eleições Diretas para Presidência do Brasil – e os episódios narrados é nosso principal objetivo. Também são relevantes as disputas em torno da memória do presidente João Goulart, o contexto internacional da Guerra Fria e a sistematização da Política Externa Independente, o Governo Goulart e as ditaduras na América Latina.

Palavras-chave

História; Cinema; Guerra Fria; Brasil; Governo João Goulart; Política Externa Independente; Eleições Diretas; América Latina.

Abstract

This article examines the documentary film Jango, Silvio Tendler, in light of Brazil's History. Draw a parallel between the context of the film production - Movement for direct elections for the Presidency of Brazil - and the episodes narrated is our main goal. Also relevant are the disputes over the memory of President Joao Goulart, the international context of the Cold War and the systematization of Independent Foreign Policy, Goulart and dictatorships in Latin America.

Keywords

History; Cinema; Cold War; Brazil; João Goulart Governemts; Política Externa Independente; Direct Elections; Latin America.

Introdução

1964. Março. O Brasil vivia o auge da radicalização política. Na curta democracia constitucional em vigor desde 1946, era como se uma bola de neve estivesse sistematicamente em expansão. Cada ano que passava mais ela se robustecia. Era o momento da luta pelas Reformas de Base; mas era também o momento no qual os setores golpistas do Exército e da sociedade civil tentavam retomar o projeto liberal-conservador do Governo Eurico Gaspar Dutra, que vinha sendo travancado desde o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Era o momento em que as classes populares exigiam melhores condições de vida na cidade, através de uma reforma urbana, e no campo, com a execução da reforma agrária – talvez a mais reivindicada das reformas – com forte apelo em Pernambuco (Ligas Camponesas) e no Rio Grande do Sul (MASTER); mas era também o tempo no qual as classes dominantes, nas indústrias e nos latifúndios, não admitiam ceder mais. Era, portanto, um período de tensões, de dinâmica acalorada. E foi toda essa energia que consumiu a bola de neve, fazendo água dela e do país. Só que a energia não saiu de seu estado de inércia espontaneamente. Foi preciso que alguém acendesse a chama. E ela foi acesa tendo atrás de si um uniforme de campanha em companhia de um vistoso traje social.

1984. Março. O Brasil vivia o declínio iminente do regime civil-militar instalado 20 anos antes. Mesmo com os grandes esforços patrocinados pelos ditadores militares e seus assessores civis como a tortura dos opositores políticos, a censura dos meios de comunicação, a proletarização das camadas médias urbanas pós fantasia do “milagre econômico”, a pauperização das classes populares via arrocho salarial, a violência nos campos e a repressão à luta pela terra e o fechamento dos espaços de exercício da cidadania republicana o regime não mais se sustentava. Grandes comícios foram sendo organizados. A adesão popular era ampla, principalmente das camadas médias urbanas e dos setores subalternos. Algumas manifestações atingiram o expressivo número de 200.000 participantes, como a passeata realizada no Rio de Janeiro, da Candelária à Cinelândia, em 21 de março de 1984. Outras, já no mês de abril, ultrapassaram o número de 1 milhão de participantes, como os comícios da Candelária, também no Rio de Janeiro, no dia 10, e no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16, com 1 milhão e quinhentas mil pessoas. E, nesse contexto de retorno da participação popular interrompida em 1964, embora com alguns momentos de sobrevida no final dos anos 1960, é que estreou, no dia 13 de março, o filme documentário *Jango*, de direção de Silvio Tendler. Segunda maior bilheteria do gênero no país, com mais de um milhão de espectadores, e premiado no *Festival Internacional Del Nuevo Cine Latinoamericano de La*

Habana em Cuba (1984) com o prêmio especial do júri, também foi agraciado com o mesmo prêmio no Festival de Cinema de Gramado, tendo recebido também o prêmio de Melhor Trilha Sonora nesse evento. Tal interesse pela produção cinematográfica não pode ser dissociado do momento que o país vivia. Era como se, ao conhecer sua gênese, pudesse ser buscada a superação dos anos amargos de ditadura civil-militar que o país passou.

A luta pela memória

Considerando ser a História uma construção dos vencedores, é possível entender como e porque o Governo João Goulart (1961-1964) caiu no esquecimento popular. Dos presidentes brasileiros pós 1930, a lembrança mais viva que se tem ainda é a de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitscheck (JK). No primeiro, uma lembrança controversa: o “pai dos pobres” e o ditador do Estado Novo se confundem, se mesclam, de forma que determinados setores têm determinadas lembranças, em razão da seletividade da memória, ocultando aquilo que não os interessa lembrar. Já o segundo é revestido no imaginário predominante no Brasil, sobrepondo-se além das diferenças de setores e classes sociais, como sendo o responsável pelo “crescimento do Brasil”, por fazer o país “crescer cinquenta anos em cinco”, esquecendo-se do endividamento resultante do Plano de Metas e da construção de Brasília. No entanto, os dois foram vencedores: Getúlio Vargas venceu pelo suicídio, “saindo da vida para entrar na História”, enquanto Juscelino Kubitscheck venceu através de sua obra, Brasília, e do seu sonho/ilusão de desenvolvimento nacional. João Goulart, também conhecido como Jango, não. Para a História, João Goulart passou como um derrotado, em razão de ter sofrido o golpe civil-militar, de ter sido apeado do poder e ter sido exilado. Além disso, a lembrança – e por isso mesmo a memória – que se tem de Goulart não é tanto da sua vida, como é forte a lembrança da sua morte, pois foi o único presidente brasileiro a morrer no exterior, e nas agruras do exílio.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira, após os 40 anos do golpe civil-militar uma série de estudos foram realizados, visando relembrar aquele acontecimento. No entanto

(...) pode-se dizer que a figura e o governo de João Goulart continuaram ocupando lugar secundário nos debates. Grande parte da produção privilegia o papel dos militares e da oposição civil a Jango. Os principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio permanecem temas obscuros, não merecendo maior atenção de estudiosos e pesquisadores (Ferreira, 2006, p.8).

Qual a razão disso? Quais os motivos da produção histórica não ter se preocupado, de maneira prioritária, com o Governo de João Goulart? Uma das respostas pode ser encontrada na concepção de terem, ele e seu governo, sido derrotados. Mas, afora a intenção e as realizações dos novos donos do poder no sentido de apagar a importância do Governo Goulart, acreditamos que houve também uma outra batalha, que ainda hoje, passados mais de 40 anos do fim de seu governo, se mantém: uma batalha de historiadores, na qual os primeiros combates foram vencidos por aqueles que não viam qualidades no Governo João Goulart.

É de agosto de 1968 a primeira edição brasileira do livro *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, de Thomas Skidmore. Nesse livro, tornado clássico sobre o período, o “Epílogo” e o “Apêndice” tem uma dimensão importante para a construção de uma interpretação histórica desfavorável ao Governo João Goulart. Por mais de um momento no “Epílogo”, o autor atribui à “fuga” de João Goulart a facilidade pela qual os militares tomaram o poder (Skidmore, 1982, p.368-370). Além desse ato de covardia, também foram a incompetência de João Goulart somada à sua falta de autoridade moral condicionantes importantes para as insatisfações em relação ao seu governo (Skidmore, 1982, p.385).

Quando, no “Apêndice”, o autor procura retirar o caráter atribuído pela “esquerda jacobina e os comunistas” ao papel desempenhado pelos Estados Unidos na desestabilização do Governo Goulart e possível intervenção estadunidense, ele não responsabiliza outro pelo golpe militar, senão “a evidente desorganização do governo de Goulart e sua relutância em emprender uma resistência até a última trincheira” (Skidmore, 1982, p.389-390). A interpretação de Skidmore, que vê apenas nos condicionantes internos a resposta para o golpe militar, frisa a isenção dos EUA nesses acontecimentos, como pode ser observado: “E quanto ao papel norte-americano na época da própria revolta militar? Foi o governo dos Estados Unidos um patrocinador direto dos rebeldes militares, como tinha sido na Guatemala em 1954, ou na Baía dos Porcos, em 1961? A resposta é, sem dúvida, negativa” (Skidmore, 1982, p.396). Dessa forma, não tendo os Estados Unidos nenhuma interferência sobre os acontecimentos no Brasil, as motivações para os militares realizarem seu golpe, além da incapacidade dos processos constitucionais habituais (Skidmore, 1982, p.367), poderiam ser encontradas na covardia de João Goulart, na incompetência de seu Governo, na sua falta de autoridade moral, e na sua desorganização institucional. Esses elementos colaboraram, sem dúvida, na composição do personagem João Goulart e de seu governo, como derrotado para a História do Brasil.

Mas o combate não se faz só de derrotas. Em 1977, ainda no período da ditadura civil-militar, foi produzido o livro *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*, de Moniz Bandeira. Aqui a História teve uma nova interpretação. Para este autor, João Goulart não era fraco, vacilante, ou outros termos pejorativos empregados a partir das influências do livro de Thomas Skidmore. Ele entendia o período do governo Goulart como um período de acirramento das lutas populares, ou como diz no título de seu livro, das “lutas sociais”. Há uma forte presença dos Estados Unidos na desestabilização do Governo João Goulart, pois, segundo Moniz Bandeira: “Kennedy, sem a menor cerimônia, alinou-se à oposição interna ao Governo de Goulart, como qualquer político brasileiro, incentivando sua *desestabilização*, antes mesmo de restaurado o presidencialismo” (Moniz Bandeira, 1977, p.84). Além disso, os Estados Unidos foram responsáveis pelo financiamento dos candidatos da oposição ao governo Goulart desde

1962, com a criação da AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (ADEP), o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos reacionários, que assumiam o *compromisso ideológico* de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do Governo brasileiro (Moniz Bandeira, 1977, p.68).

Internamente, muitas críticas eram feitas ao Governo Goulart em razão de atos de corrupção. Aqui Moniz Bandeira radicaliza sua interpretação, na tentativa de reinserir o papel de Goulart como presidente comprometido com as causas dos menos favorecidos. Segundo o autor, a desestabilização do Governo Goulart, tanto interna como externamente, era realizada “não por causa de sua corrupção, inerente a todo o sistema capitalista, e sim em consequência do conteúdo nacional e popular de sua política e do seu Governo” (Moniz Bandeira, 1977, p.83). Para Moniz Bandeira, a causa maior da queda de Goulart do poder foi sua necessidade de ser sempre negociador, tentando agradar a todos, aos setores populares e ao grande capital. A conciliação, uma de suas maiores virtudes, foi também a causa de sua queda, e um de seus maiores defeitos:

Essa tentativa de restabelecer o cálculo econômico e, portanto, manter a continuidade da acumulação capitalista, sem penalizar os trabalhadores, constituiu a grande contradição que liquidaria não apenas a política econômico-financeira de Furtado e San Tiago Dantas, mas também, o Governo de Goulart e o próprio regime democrático. (Moniz Bandeira, 1977, p.98)

Esse livro, de Moniz Bandeira, foi a obra que mais influenciou, até o período de realização do documentário *Jango*, a interpretação da História do Governo João Goulart como uma História de lutas, cristalizada na luta pelas reformas agrária, urbana, tributária, eleitoral, bancária, do estatuto do capital estrangeiro e universitária. Conseqüentemente, foi a partir dessa obra que o Governo Goulart passou a ser visto como um período de tensões sociais. E, embora por muitas vezes o papel do presidente e as ações do Governo possam ser consideradas ambíguas, não restam dúvidas que, no momento de produção do documentário – e talvez até hoje – essas reformas catalisam simpatias muito grandes pelo presidente deposto, coisa que o documentário só veio a reforçar. Mesmo que a imagem ainda seja a de derrota, do Governo e do presidente João Goulart.

A Guerra Fria

Uma das idéias mais reforçadas no documentário é a de que o período tratado sofreu influências muito fortes da bipolarização, seja ela interna – caso do Brasil, com dois projetos políticos em disputa –, seja ela externa: a Guerra Fria.

O início da Guerra Fria é alvo, ainda, de discussões. Possíveis marcos temporais são o lançamento da Bomba Atômica sobre Hiroshima, Japão, agosto de 1945; o discurso de Churchill em Fulton, Estados Unidos da América (EUA), março de 1946; e a Doutrina Truman, março de 1947. Se não há uma unanimidade quanto ao seu início, o mesmo não se pode dizer quanto ao papel desempenhado pela América Latina no conflito. Não restam dúvidas que a América Latina, nessa década, era considerada, em termos geopolíticos, como aliada incondicional dos Estados Unidos.

No entanto, a Guerra Fria passou por uma mudança qualitativa a partir da década de 1950. Com a recuperação econômica, demográfica e militar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) do baque sofrido pela Segunda Guerra Mundial, todas as implicações políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas passaram para um novo momento. O predomínio econômico e militar dos Estados Unidos já não mais era visto como inquestionável. E, além desse novo papel desempenhado pela União Soviética, um outro paradigma vinha sendo construído desde 1955 quando um grupo de países pretendeu reordenar em Bandung, Indonésia, as relações políticas e econômicas internacionais rompendo com a bipolaridade e, demonstrando, dessa maneira, novas possibilidades para o subcontinente latino-americano.

Ademais, foi na década de 1950 que a Revolução Cubana ocorreu. Tendo seu início como um levante antiimperialista, logo declarou seu caráter socialista. Surpresa ou não, o fato é que a implantação de um governo socialista repercutiu com força e amplitude nas relações internas e externas dos países latino-americanos, promovendo, juntamente com a Conferência de Bandung, novos projetos e mobilizações sociais que buscavam, em alguns países do subcontinente, novas e diferentes formas de inserção internacional.

A Política Externa Independente

Desse modo, no curto Governo Jânio Quadros, foi proposta uma nova orientação para o Brasil nas suas relações diplomáticas: a Política Externa Independente (PEI). Com a renúncia de Quadros, o novo presidente, João Goulart, deu continuidade à Política Externa Independente e fez dela uma das ferramentas de busca pelo desenvolvimento do país dentro dos limites de seu projeto nacional-reformista.

Em razão disso, o documentário inicia com o ainda vice-presidente João Goulart na República Popular da China, país comunista desde sua Revolução, em 1949. Sua visita à China, seu aperto de mão com Mao Tsé Tung (como será visto adiante no documentário), podem ser interpretados de duas maneiras: como o documentário fez, enaltecendo as palavras de João Goulart prezando pela amizade entre os povos, ou como o fizeram seus opositores, associando Goulart ao comunismo, para dessa forma ampliar as desconfianças que já o acompanhavam desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho, nos anos de 1953 e 1954, no Governo Getúlio Vargas (Domingos, 2004, p.207; Gomes, 2006, p.51).

Além disso, o documentário recupera uma viagem de João Goulart ainda no Governo Juscelino Kubitschek, portanto anterior à Política Externa Independente, à URSS. Nessa viagem, além de encontrar-se com os altos dirigentes soviéticos, como Brejnev, o documentário ressalta que Goulart foi o primeiro dirigente político latino-americano a visitar aquele país, templo maior do comunismo. Com isso, temos de forma nítida que Goulart não seguiu todos os passos de Vargas de forma absoluta, dado que o anticomunismo era uma constante em Vargas, sendo um dos componentes de sua intenção de criar o PTB (Delgado, 1989, 42-45). Embora Goulart não fosse comunista (Domingos, 2004, p.210; Ferreira, 2006, p.20), não se privava de negociar com os comunistas, tanto os brasileiros como os estrangeiros. Ainda dessa visita, é narrado o interesse de Goulart pela “era do Sputnik”², embora não conste no documentário a condecoração que o presidente Jânio Quadros conferiu

ao cosmonauta Yuri Gagarin³ em 1961. Qual a razão desse esquecimento, dado que a condecoração a Ernesto Che Guevara é lembrada? Possivelmente, a condecoração a Che esteja numa linha a ser explorada mais ao final do documentário, quer seja a unidade da América Latina. Voltaremos a esse assunto, com maior profundidade, adiante.

Ainda em relação ao que o documentário demonstra acerca da Política Externa Independente, está o discurso de João Goulart aos seus “amigos chineses” (e o documentário mostra, que logo que o golpe é dado, uma delegação comercial chinesa é presa no Brasil). Nesse discurso, além da referência à auto-determinação dos povos, um dos pontos centrais da PEI, é importante o encerramento em tom entusiasta: “Viva a amizade entre os povos asiáticos, africanos e latino-americanos”. Nesse contexto, amizade significa tanto relações políticas livres de cerceamentos estadunidenses, quanto relações comerciais vindouras.

Uma seqüência de três imagens é capaz de sintetizar o papel que a Política Externa Independente – e seu principal articulador, San Tiago Dantas – exerceu no período. São elas as seguintes pichações: “Morra San Tiago”, “ San Tiago assalariado da Rússia” e “Mantenha sua cidade limpa matando um comunista por dia”. Todas assinadas pelo MAC, Movimento Anticomunista, e que demonstram como os setores mais próximos dos Estados Unidos se sentiram ameaçados pelas novas diretrizes da política externa brasileira.

A Campanha da Legalidade e o Parlamentarismo

O movimento conhecido como Campanha da Legalidade⁴ foi, ao lado da Campanha das Diretas Já, uma das grandes mobilizações cívicas já realizadas no Brasil. Houve uma movimentação com forte base popular nas ruas, sob coordenação do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (cunhado do presidente João Goulart e seu correligionário de PTB, como nos lembra o documentário) que, além de distribuir armas à população, organizou a Campanha da Legalidade com uma cadeia de rádios a favor da posse do vice-presidente Goulart.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) mudou sua sede para Porto Alegre durante a Campanha da Legalidade. Seu presidente à época, Aldo Arantes, comenta o período como sendo de grande protagonismo estudantil. Protagonismo este presente desde a década de 1950, como aponta Claudia Wasserman:

O movimento estudantil brasileiro também foi protagonista na luta contra o latifúndio, o imperialismo e a exploração dos operários brasileiros. Através da sua organização, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Congregando a quase totalidade das tendências de esquerda do país, a UNE postulava a união entre operários, estudantes e camponeses (Wasserman, 2004, p.31).

A estratégia de Silvio Tendler, nessa abordagem, está relacionada ao contexto da exibição do filme, período do Movimento pelas Eleições Diretas para Presidência da República. Sua tentativa, nesse sentido, é elogiosa, pois tenta reestabelecer vínculos que foram interrompidos pela ditadura civil-militar, propagandeando a importância dos jovens estudantes nas manifestações sociais populares. Muitos dos jovens estudantes de 1984 ou eram muito novos em 1964, ou nem tinham nascido ainda. Quanto ao depoimento de Leonel Brizola, figura central na Campanha da Legalidade (à época do lançamento do documentário Governador do Rio de Janeiro), só temos um reparo a fazer: quando ele se refere ao apoio incondicional e imprescindível do general Machado Lopez, do III Exército – o mais bem equipado do país àquele momento – Brizola não se refere ao fato do general ter titubeado em apoiar a causa da Legalidade. A decisão do general Machado Lopez foi tomada apenas no dia 28 de agosto (a renúncia se deu à 25 de agosto), quando ele respondeu ao general Ernesto Geisel que não cumpriria a ordem recebida do Ministro da Guerra, em razão de ter a tropa se solidarizado ao povo do Rio Grande do Sul. O cumprimento da ordem acarretaria em desobediência generalizada e seria sua desmoralização perante a tropa (Sodré, 1979, p.379).

Foi, dessa maneira, a ampla participação popular à favor da bandeira da Legalidade que, por um lado, pressionou setores do Exército a aderirem à causa do cumprimento da Constituição e, por outro lado, fez os ministros militares que queriam impedir a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito recuarem. Se, em 1954, foi o o suicídio de Vargas, como demonstram as imagens utilizadas por Tendler, o ato desencadeador do apoio popular que impediu o golpe militar, em 1961 não foi necessário derramamento de sangue. O povo saiu às ruas, preparado para resistir se fosse preciso, pela manutenção do regime democrático constitucional vigente por respeito às tradições democráticas.

No entanto, esse apoio, que garantiu a posse de João Goulart, não garantiu autonomia para seu governo. Foi preciso negociar com os setores conservadores, fossem eles civis ou militares. Não havia clima político para decisões plenas, era necessário negociar. Goulart sabia disso e retardou sua volta ao Brasil, fazendo escalas desnecessárias em Paris, Nova Iorque, Buenos

Aires e Montevideu, até desembarcar em Porto Alegre, nesse momento, a maior trincheira da Legalidade. O documentário nos mostra que mesmo sendo negociada, portanto, sendo uma solução de compromisso, a posse de Goulart desagradou aos setores golpistas mais radicais, em especial ao Exército. O general Antônio Carlos Muricy, autor de vários depoimentos tentando justificar sua posição e a do Exército ao longo da película, deixou o posto de Comandante do Estado Maior do III Exército. Golbery do Couto e Silva descontente com o desenlace dos fatos, ingressou na reserva e foi trabalhar no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Alguns oficiais articularam um plano para derrubar o avião que levaria Goulart à Brasília, numa manobra conhecida como Operação Mosquito. A operação foi desautorizada e desarticulada pelo general Esnesto Geisel, que tinha sido um dos responsáveis pela imposição do Parlamentarismo como solução negociada.

O Parlamentarismo, pela primeira vez na História da República do Brasil, e única até os dias de hoje, foi o regime político no qual João Goulart tomou posse na presidência do país, perdurando por pouco mais de um ano. No ato de sua posse, à sete de setembro de 1961, quando se completavam 139 anos da Independência do Brasil, ao menos em termos políticos, Goulart, em pronunciamento constante no documentário, disse ser seu desejo e sua intenção, até mesmo pelo seu feitio, que segundo ele era muito mais de unir do que desunir, o de garantir a Paz, a Democracia e a Soberania. Note-se que essas três palavras eram emblemáticas para o período, e para a consecução de seu governo. Paz, nesse momento, sintetiza a união de esforços para acabar com o exaltado clima político de confronto. Lutar pela Democracia era sinônimo de luta pela manutenção dos direitos da Constituição, o que significava contrariar o interesse dos golpistas, numa leitura mais atenta, ou ao menos garantir o respeito às escolhas da maioria, que eram pela sua posse. E, finalmente, falar em Soberania, nesse período de Guerra Fria, era se colocar como livre de influências demasiadas tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, o que, nessa data em particular, era relembrar o sentimento de independência do Brasil como fator articulador e propulsor do seu governo.

Foi instalado um Gabinete Parlamentar conservador – de predomínio do PSD mas formado também por elementos da UDN e do PTB – encabeçado por Tancredo Neves⁵. No entanto, tantas eram as pressões dos movimentos sociais em favor da implantação das “reformas de base”, que a Paz era muito difícil de ser mantida. Ter Paz, nesse início de anos 1960, era uma tarefa quase impossível dentro das propostas de Goulart. Manter o equilíbrio social entre trabalhadores e capitalistas era difícil, pois tanto o equilíbrio de seu governo quanto seu

projeto de capitalismo vivenciavam um período de pouca elasticidade. Qualquer que fosse o tensionamento mais abrupto, tanto da esquerda quanto da direita, podia levar o gabinete ao seu fim. E de fato o levou. Arrebatada a esperança de conciliação pela direita, restava tentar conciliar pela esquerda. O primeiro passo nesse sentido nem chegou a ser dado, pois o Congresso vetou a indicação de San Tiago Dantas para primeiro-ministro, em função de seu papel na implementação da Política Externa Independente (FERREIRA, 2003, 357). Após uma rápida indicação de Auro de Moura Andrade, que causou rejeição nas esquerdas, assumiu a pasta o político gaúcho Brochado da Rocha. Estava em jogo mais uma frágil tentativa de conciliação, desta vez pela esquerda. Medidas tomadas por esse Gabinete foram:

(...) solicitar ao Congresso delegação de poderes ao governo para legislar sobre o monopólio da importação de petróleo e derivados, o comércio de minérios e materiais nucleares, o controle da moeda e do crédito, o Estatuto do Trabalhador Rural, os arrendamentos rurais e as desapropriações por interesse social (FERREIRA, 2003, 358).

Essas medidas de cunho progressista promoveram reações dos grupos conservadores. O fator determinante para desestabilizar a Democracia que Goulart prometera preservar na sua posse foi a proposta de antecipação do Plebiscito⁶, para 07 de outubro de 1962, que previa a escolha entre a manutenção do Parlamentarismo ou o retorno do Presidencialismo, ao invés de ocorrer em 1965, como estava destinado na emenda que o criou. Destarte, a queda de Brochado foi o resultado mais evidente das pressões dos grupos conservadores, assumindo o cargo de primeiro-ministro Hermes Lima.

Além da luta política que contaminava as promessas de Paz e Democracia do presidente Goulart, a Soberania vinha sendo constantemente discutida e atacada. O respeito à soberania de Cuba, expresso no caso da Crise dos Mísseis em outubro, foi assim sustentado por Goulart:

Sempre nos manifestamos contra a intervenção militar em Cuba, porque sempre reconhecemos a todos os países, sejam quais forem seus regimes ou sistemas de Governo, o direito de soberanamente se autodeterminarem. O Brasil sempre foi claro em sua atitude, fiel à sua tradição pacifista e ao espírito cristão do seu povo, o que não o impediu de admitir como legítimo o direito de Cuba de se defender de possíveis agressões, partissem de onde partissem e que visassem, pela força ou pela violência, a subjugar a sua soberania ou a impedir o direito de autodeterminação do povo cubano. Mesmo não aceitando como legítimo o armamento ofensivo que os Estados Unidos alegam existir em Cuba, nunca reconhecemos a guerra como

instrumento capaz de resolver conflitos entre Nações (Moniz Bandeira, 1977, p.79).

A defesa da soberania cubana, nesse caso, além de se coadunar com as diretrizes da PEI, buscava defender-se de possíveis tentativas de intervenção semelhantes no país. Mais uma vez, os tensionamentos se processavam de forma a esticar as relações políticas entre direita e esquerda.

Como o documentário nos mostra, as eleições de outubro de 1962 tiveram importante e destacado papel nesse processo de radicalizações. Mostraram o quanto os setores conservadores estavam dispostos a atacar a Soberania, pois houve financiamento dos candidatos contrários aos projetos do governo. O documentário fala na cifra de 2 milhões de dólares. No entanto, Moniz Bandeira e Jorge Ferreira aceitam a estimativa de 5 milhões da moeda estrangeira (Moniz Bandeira, 1977, p.70; Ferreira, 2003, p.360). Além desse montante de dinheiro, os Estados Unidos financiavam entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o IPES⁷, e, uma boa contribuição do documentário foi recuperar um dos filmes de propaganda desse Instituto. Nessa propaganda, o IPÊS assim se definia: “nós que acreditamos na democracia e livre iniciativa...não sejamos vítimas do totalitarismo... a favor das instituições democráticas e tradições cristãs”. Qual o sentido do uso dos termos *democracia e livre iniciativa, totalitarismo, instituições democráticas e tradições cristãs* ? Possivelmente, a democracia que eles acreditavam, ou queriam passar a impressão de acreditar, não viesse a ser a mesma de João Goulart. Para eles, a democracia de Goulart contrariava a livre iniciativa, dado o papel do Estado de seu projeto de cunho nacional-estatista (Reis Filho, 2001, p.337; Wasserman, 2004, p.37). O termo totalitarismo foi bastante difundido pelo livro de Hannah Arendt intitulado “As origens do Totalitarismo”, de 1951, no qual a autora busca aproximações entre os governos de Hitler e Stalin com relação ao uso do totalitarismo como deformação da sociedade. Nesse caso, totalitarismo perde a conotação nazista, em face de o Brasil ter se oposto a esse regime cruel durante a Segunda Guerra Mundial, e passa a ser redefinido, como sinônimo único e exclusivo de comunismo, embora a autora o considerasse como sinônimo de stalinismo. Assim, a associação entre Goulart e comunismo, era uma das tônicas da propaganda do IPES, que se fortalecia ainda mais com o uso da defesa das instituições democráticas (algo muito caro aos EUA no nível do discurso, não na prática) e das tradições cristãs, em oposição ao comunismo, ateu por excelência.⁸ Dessa forma, é importante resgatar o depoimento de Maria Victória Benevides: “(...) conflitos

baseados em reais interesses econômicos, mas apresentados como batalhas ideológicas”. O que estava em jogo, em realidade, não era a filiação ao capitalismo ou ao socialismo, como as propagandas tentavam insinuar. A escolha pelo capitalismo já estava feita, desde 1930. O que estava em jogo era o tipo de capitalismo a ser implantado e a defesa dos interesses econômicos que cada projeto pretendia.

O Presidencialismo

Com o resultado do Plebiscito, em 24 de janeiro de 1963 o regime político voltou a ser o do Presidencialismo. As reformas de base tomaram o impulso decisivo para romper com a política de equilíbrio que o governo vinha tentando manter. Cada vez mais, o laço político que unia esquerda e direita esticava-se...Por quanto tempo isso ia durar? As esquerdas acreditavam que seria por pouco tempo, e com definição a seu favor. Porém, a previsão era otimista, demasiado otimista, pelos setores de esquerda.

A crise econômica era intensa. A inflação disparava. Como alternativa, o presidente pediu a Celso Furtado um plano de organização da economia. Furtado propôs o Plano Trienal, um misto de política econômica ortodoxa-desenvolvimentista. Mais uma tentativa de conciliação. Controlar a inflação e fazer o país crescer para desenvolver-se era o horizonte. Era uma inovação, num período no qual a maior inovação não aceitava competidores: o protagonismo popular. Era, portanto, uma boa possibilidade em um mau período. As camadas trabalhadoras não aceitavam a parte restritiva do plano, já vinham acumulando perdas salariais e monetárias e não mais as tolerariam. Arrebatava-se, dessa forma, a economia, que vinha com altos índices de inflação desde o fim do governo JK, na casa de 30%, passando a 47,8%, 51,7%, 79,9%, respectivamente aos anos de 1961,1962,1963, até estourar em 92,1% em 1964⁹

Em março de 1963, acuado pelas esquerdas que não mais podiam sustentar tantos esforços das camadas populares, João Goulart vivia um impasse. A narração de José Wilker assim dizia: “Reformar a face do capitalismo no Brasil” (...) “ um capitalismo mais humano, menos selvagem” (...) “ o presidente rico de um país pobre” (...) “ambiguidade de acabar ou não acabar com o capitalismo é criticada por muitos aliados”. As alternativas estavam limitando-se a cada instante. Mais do que nunca, a política tênue da conciliação chegava aos seus limites. Esticava-se muito mais do que o previsto, do que o planejado. Segundo Jorge Ferreira, “em março de 1963, Goulart voltou-se para o seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular (Ferreira, 2003, p.366). Segundo Daniel Aarão Reis Filho, isso se

deu em razão de “as esquerdas, frente à maioria conservadora no Congresso, que se recusava a aprovar os projetos reformistas do governo, tomavam a ofensiva, incentivando Jango a assumir a liderança, clamando pelo fim da *conciliação* (Reis Filho, 2001, p.338). Aliava-se, desta feita, com a esquerda.

Mas a aliança não duraria muito. Em outubro de 1963, Carlo Lacerda, governador da Guanabara, dava entrevista dizendo que os militares já vinham discutindo o momento oportuno para o golpe. E disse isso em entrevista ao *Los Angeles Times*. Quebravam-se, dessa maneira, os três pilares que o presidente prometera defender em sua posse. Atacava-se a Democracia, acabava-se com a Paz, rompia-se a Soberania. A alternativa, influenciado por seus ministros militares, era prender o Governador da Guanabara, o que só seria possível com a aprovação do Estado de Sítio. Embora ainda esteja mal estudado esse episódio da História brasileira, o resultado do pedido de Estado de Sítio ao Congresso foi o pior possível. Nem a direita aceitou, nem a esquerda, nem seu partido, nem seus aliados como Miguel Arraes. Pairava um sentimento de desconfiança: “Atribuindo-se mutuamente, de forma mais ou menos velada, propósitos golpistas, Arraes desconfiava de Brizola, que desconfiava de Jango, que desconfiava de todos” (Reis Filho, 2001, p.334). Silvio Tendler toma partido muito rapidamente a favor do presidente, dizendo que o que ele pretendia era “superar politicamente a reação militar contra o Governador Carlos Lacerda e restabelecer a autoridade de seu governo. A esquerda suspeitou que a medida pudesse ser desdobrada contra ela”. Com essas palavras, no distanciamento do tempo, parece que Tendler atribui uma certa ingenuidade à esquerda, por não entender quem eram seus aliados. Mas o depoimento de Bocayuva Cunha, líder do PTB no Congresso durante a votação do Estado de Sítio, contesta a versão de Tendler, quando diz que ele votou contra por convicção, e que hoje (20 anos depois do evento), ele não sabe se foi a decisão correta. Há um anacronismo latente aí. O que parece é que houve a análise dos fatos do passado, com os olhos do presente. Após o desfecho do golpe civil-militar de 1964 fica mais fácil dizer que a não aprovação do Estado de Sítio foi um erro. Seria tão fácil assim em outubro de 1963?

A conclusão é que o presidente se isolou. Só havia uma saída, que parecia definitiva: buscar o apoio dos trabalhadores. Novos ímpetus se deram às reformas de base, com medidas de forte teor nacionalista:

Assim, em 24 de dezembro, véspera de Natal, assinou uma medida que fazia parte das reivindicações das esquerdas, decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos. Em 17 de janeiro, assinou uma outra medida igualmente reclamada pelas esquerdas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Rumores havia de que outro decreto, estabelecendo o monopólio do câmbio, seria assinado em breve, apavorando o empresariado (Ferreira, 2003, p.377).

Restava, então, propor a aceleração das reformas de base. E essa foi a intenção do comício de 13 de março de 1964, no qual o presidente assinou dois decretos: um expropriando as terras ao longo das estradas e das ferrovias federais, para fins de reforma agrária, e outro, estatizando as refinarias particulares. Isso, conforme o documentário, no mesmo palanque de madeira no qual Getúlio realizava seus comícios. Assim Daniel Aarão descreve o cenário do comício, com carga histórica:

(...) com um grande comício na Praça Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, lugar simbólico, por excelência. Cruzada pela Avenida Presidente Vargas, nela confluíam a história da República – proclamada na praça do mesmo nome, em frente; o Ministério da Guerra, evidenciando a união das forças armadas em torno de seu comandante-em-chefe, o presidente da República; e a estação de estrada de ferro Central do Brasil, onde arribavam cotidianamente os trens suburbanos, trazendo nos ventres dezenas de milhares de trabalhadores (Reis Filho, 2001, p.339).

Embora a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, movimento da classe média assustada com a tomada de posição do presidente, já houvesse marcado sua passeata para o dia 19 de março antes do Comício do dia 13, é inegável que esse influenciou àquela. Se no Comício havia em torno de 200 mil pessoas, apoiando as reformas, com ampla maioria de origem das camadas populares, a Marcha de São Paulo reuniu 400 mil senhoras e seus maridos e filhos de classe média, com um terço na mão e um cartaz de protesto na outra, quase todos relacionados às velhas denúncias de comunismo, num cartaz constando, como se viu no documentário: “O Civismo matará o Comunismo”. Estranho Deus esse, que prega a intolerância e a morte, em nome de uma instituição.

Para o governo, não havia trégua. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais resolveu reunir-se no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, à revelia do Ministro da Marinha que tinha proibido a realização da reunião e mandado prender os insurgentes. Houve adesão

da tropa e o presidente interviu para que os marinheiros não fossem punidos. O Ministro Sílvio Mota se demitiu. Estava armada a crise de hierarquia, pretexto cabal utilizado pelas Forças Armadas para acelerar o golpe. E que teria, na reunião do Automóvel Clube, na qual os sargentos se reuniram e Goulart discursou, na noite de 30 de março, aceso seu estopim. Nesse contexto, o diretor se esmerou na montagem das imagens. Comparando a situação com os levantes de marinheiros russos nos primeiros movimentos da Revolução Russa, num jogo de transposição sedutor, conseguiu passar, talvez até de forma exagerada, o clima de hostilidade às manifestações de subalternos associando ao temor das classes mais favorecidas, inclusive as médias, da implantação, se não do comunismo, como podem sugerir as imagens, ao menos da anarquia e do caos social.

Com esses movimentos, com essas situações, nesse contexto têm fala alguns destacados protagonistas. Afonso Arinos de Melo Franco, implementador da PEI, diz estar à época, conjuntamente com Milton Campos e José Maria Alkmim – todos capitaneados por Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais – preparado para negociar o Estado de Beligerância, como secretário de Relações Exteriores de Minas Gerais (cargo, além de inédito, bastante insólito). Nas palavras do general Muricy, a resistência podia durar um mês como ele previa, chegando até mesmo à previsão de outros generais que era em torno de seis meses. Porém Muricy disse ser o bem-informado diretor do IPES, Golbery do Couto e Silva, aquele que acertaria o deslanche da situação, ao garantir que tudo cairia como um castelo de cartas. O jornalista Marcos Sá Correa sustenta que a Operação *Brother Sam* era uma realidade, e com ela os EUA estavam enviando para a costa marítima brasileira 4 petroleiros repletos de combustível, 136 mil barris de gás, 6 *destroyers*, um porta-aviões, aviões de guerra e de transportes com armas e munições.

Jango, que estava informado dos acontecimentos (Ferreira, 2003, p.392-396) optou pelo não derramamento de sangue. Posição mais cristã que a das Famílias com Deus. Só lhe restou partir para São Borja, de onde partiria para o exílio. A carga emocional do documentário, nessas cenas, é elevada. Além das imagens de um João Goulart lacônico, a música de Wagner Tiso, composta em sua homenagem, fez com que uma platéia já bastante incomodada com a ditadura civil-militar, olhasse aquele homem com mais boa-vontade.

A dor e a esperança da América Latina

O documentário transcende a imagem de Jango. Ultrapassa as características individuais do personagem histórico e revisita alguns dos momentos-chaves da história recente da América Latina. Ao resgatar o papel de Ernesto Che Guevara, já mencionado quando do ato da condecoração conferida por Jânio Quadros em agosto de 1961, morto nas selvas da Bolívia em outubro de 1967, o diretor trouxe pela primeira vez ao Brasil, ainda no período da ditadura civil-militar, imagens em movimento de seu cadáver, bem como declaração de Fidel Castro reconhecendo o corpo do Che. Cena trágica e de grande impacto, quer por tudo aquilo que Che Guevara representara a toda uma geração de jovens – segundo o documentário não apenas na América latina, mas na França, Estados Unidos, Leste da Europa – quer pela violência do corpo perfurado de balas. A morte de um ícone é antecessora da morte de um brasileiro. Um jovem estudante, Edson Luis, é morto no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro. O Brasil, dessa forma se reconhece, pelas lentes do documentário, como um dos povos da América Latina, pois o sofrimento causado pela violência é o mesmo. Na cena das grandes mobilizações feitas em homenagem ao estudante morto, aparecem cartazes dizendo: “YANKEES mataram um brasileiro”. Os mesmos estadunidenses que realizaram a Operação *Brother Sam* reaparecem, na denúncia do diretor, como ligados com os grandes atos de terror patrocinados pelo regime civil-militar. Ao lembrarmos o pequeno filme projetado pelo IPES e analisado anteriormente - que foi patrocinado com dólares estadunidenses – cabe uma pergunta: Era essa a democracia na qual eles acreditavam? Se era, estavam certos. A democracia deles não era a mesma de João Goulart.

Merece, ainda na conjuntura do assassinato do estudante Edson Luis, recuperarmos as palavras da atriz Tonia Carrero, que assim se manifestou ao ser perguntada sobre sua possível participação na Passeata dos Cem Mil:

Devemos comparecer todos. Eu vou como mulher, como atriz, como mãe, como cidadã. Eu vou porque eu quero que a opinião pública saiba que nós ainda temos muita coragem para desmanchar o mito de que o estudante está querendo uma coisa errada e a desordem. Eles são a nossa esperança, e nós estamos de braços abertos para aceitar todas as suas reivindicações.

Assim, ela se coloca como mulher, como profissional, como mãe e como cidadã. Suplanta, nessas variadas condições do ser humano, em muito àquelas mulheres de classe média, da qual ela é uma representante publicamente reconhecida, que apelavam a uma certa noção de

democracia amparada na religiosidade. Destoa, dessa maneira, e representa um avanço. O avanço realizado dentro de um momento crítico, que por si só engendra um endurecimento de perspectiva acerca do regime civil-militar, por uma parcela até então da sociedade que podia ser considerada como um dos sustentáculos de legitimidade do governo. E avança, também, ao reconhecer que ainda há coragem para a luta, mesmo em um sistema político fechado. E, por fim, reconhece que os estudantes, aqueles mesmos da UNE em Porto Alegre no movimento da Legalidade, que tiveram seu prédio em chamas no desfecho do golpe civil-militar, eram a esperança do povo. Transportando essa declaração para 1984, o engajamento dos estudantes no Movimento das Diretas Já só faz tomar ainda mais força.

Assim como certa parcela da classe média, a Igreja Católica também mudou de posição acerca da ditadura civil-militar no fim dos anos 1960. Uma das primeiras apoiadoras da deposição do presidente Goulart, a Igreja começou a se perceber também como vítima do regime que ajudou a implantar. Tendler relembra o assassinato do padre Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara. E o depoimento de Frei Betto nos traz um esclarecimento síntese de o porquê de a Igreja ter se transformado numa base de resistência contra a ditadura. Diz Frei Betto que o único espaço que os movimentos populares poderiam utilizar para se organizar, sem a ingerência de militares, era a Igreja Católica, pois era a única instituição na qual não podia haver nomeações de generais para nenhum cargo de suas esferas.

Dos anos 1970, a imagem símbolo do poder das ditaduras civil-militares se encontrava no Chile. E isso aparece também no documentário. Extrapolando qualquer ligação do personagem João Goulart com o Chile da Unidade Popular, Silvio Tendler tem muita felicidade ao trazer referências aos eventos do 11 de setembro chileno. A política externa de Salvador Allende tinha traços significativamente independentes, sendo essa uma das razões de preocupação dos Estados Unidos. Aliam-se a isso, como motivações para o golpe militar de 11 de setembro de 1973, a independência dos movimentos sociais, as propostas de reforma agrária, a combatividade do povo chileno, a nacionalização das riquezas nacionais e a luta de classes. Outro país, outro contexto, outra década: no entanto, ambas com grande protagonismo popular. Há uma passagem de Gabriel García Márquez que sintetiza bem a realidade enfrentada pelo presidente chileno:

Fue siempre consecuente consigo mismo y esa fue su virtud más grande.
Pero el destino le reservó la infrecuente y trágica grandeza de morir

defendiendo, con el arma en la mano, los anacrónicos ornamentos del derecho burgués; defendiendo una Corte Suprema de Justicia que lo había repudiado pero que iba a legitimar a sus asesinos; defendiendo a un Congreso miserable que lo había declarado ilegítimo pero que luego debió inclinarse, demostrando alegría, ante la voluntad de los usurpadores: defendiendo la libertad de los partidos de oposición que habían vendido su alma al fascismo; defendiendo toda una herencia carcomida por los mitos de un sistema de mierda que él se había propuesto aniquilar sin disparar un solo tiro (Elgueta; Chelén, 1995, p.283-284).

Uma das críticas mais fortes, e ao mesmo tempo mais corajosas, realizadas pelo documentário é aquela que fala da morte dos chilenos Orlando Letelier, embaixador em Washington sofrendo lá um atentado fatal, e Carlos Prats, Comandante em Chefe do Exército Chileno no Governo Salvador Allende e morto em Buenos Aires. A denúncia de um sistema repressivo existente entre as ditaduras do Cone Sul da América Latina, a Operação Condor, nos idos de 1984, quando recentes atos terroristas da extrema-direita eram realizados no Brasil, como o atentado do Riocentro em 1981. Além disso, diz o documentário que Goulart sabia que seu nome constava da relação, não sendo dessa maneira seguro permanecer nem na Argentina, nem no Uruguai.

E é no difícil retorno do corpo do presidente João Goulart, em dezembro de 1976, que o filme se encerra. Com o cuidado de não mostrar cenas de violência desmedida nos momentos que sucederam ao golpe civil-militar em 1964 – sendo a única referência mais forte a sofrida pelo deputado comunista Gregório Bezerra, ao ser arrastado pelas ruas do Recife (e omitindo-se à violência física pela qual passou, sendo espancado pelos policiais) – para não macular a intenção de João Goulart de não resistir para que não houvesse derramamento de sangue, foi nas cenas de final dos anos 1960 no Brasil, na Bolívia com o corpo de Che e no início dos anos 1970 no Chile de Allende que a violência apareceu. Uma violência patrocinada pelos militares e pelos Estados Unidos. E que haveria de cessar com o retorno da democracia, objetivo permanentemente almejado pelo documentário e que pode ser melhor captado a partir de considerações feitas por Tendler no início do século XXI:

Quanto ao passado *versus* presente, é bom dizer que o filme de tema histórico geralmente tem mais a ver com a época em que é produzido do que com a época abordada. Assim, por exemplo, uma abordagem do passado muitas vezes é mais rica quando analisada sob a luz do conhecimento e das angústias do tempo presente (Tendler, 2001, p.10).

A multidão que acompanhava o corpo de João Goulart demonstrava a força que a mobilização popular retomava e que o documentário procurava encorajar. Mesmo com proibições iniciais ao regresso do corpo do presidente, ele foi sepultado na cidade de São Borja, onde também jaziam os túmulos de Gregório Fortunato e Getúlio Vargas, onde hoje também está o corpo de Leonel Brizola. Do epicentro daquele momento, se destacam as figuras de Tancredo Neves e Pedro Simon, lideranças destacadas do Movimento das Diretas Já discursando em plena despedida de Goulart. Enterrar João Goulart, nessas circunstâncias, era enterrar a ditadura civil-militar no Brasil.

Bibliografia

Delgado, L. (1989). *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.

Domingos, C. (2004). Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. En Wasserman, C.; Guazzelli, C. (orgs.) (2004). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Elgueta, B.; Chelén, A.. (1995) Breve Historia de Medio Siglo en Chile. En GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: Historia de Medio Siglo*. México: Siglo Veintiuno.

Felizardo, J. (1988). *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Ferreira, J. (2003). O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. En Ferreira, J.;; Delgado, L. (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ferreira, J. (2005). *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ferreira, M. (2006). João Goulart: entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Gaddis, J. (2006). *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Gomes, A. (2006). Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? En Ferreira, M. (coord.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Hobsbawm, E. (2003). Eric. *Era dos Extremos – O Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras.

Markun, P.; Hamilton, D. (2001). *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC.

Moniz Bandeira, L.A.(1977). *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Reis Filho, D.(2001). O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Ferreira, J. (org.) *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Skidmore, T. (1982). *Brasil: De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra.

Sodré, N. (1979). *História Militar do Brasil*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Tendler, S. (2001). Prefácio. En Soares, M.; Ferreira, J. *A História vai ao Cinema – Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record,.

Vizentini, P. (2004). *A Guerra Fria – O desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI.

Wasserman, C. (2004). O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. En Wasserman, C; Guazzelli, C. (orgs.) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

¹ Professor de História no Instituto Federal Sul-riograndense (IFSUL) – Campus Charqueadas. Doutorando em História na UFRGS sob orientação da prof. dra. Carla Brandalise. E-mail: charles@charqueadas.ifsul.edu.br

² O satélite artificial Sputnik foi lançado em órbita pelos soviéticos em 1957, dando vantagem na corrida espacial a esse país em relação aos EUA.

³ Yuri Gagarin foi o primeiro homem a entrar em órbita. Mais uma vez, os avanços tecnológicos da URSS surpreendiam ao mundo e confrontavam-se com os EUA.

⁴ Sobre a Campanha da Legalidade, são importantes os seguintes trabalhos: FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988; MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁵ Passados 20 anos do golpe civil-militar a figura de Tancredo ressurgiu como esperança nacional, se apropriando, inclusive, da música composta por Wagner Tiso para essa produção em análise, que inicialmente foi intitulada “Tema para Jango” e que depois passou a ser conhecida como “Coração de Estudante”, como sua música favorita no contexto das Diretas Já e a transformando em Hino pela Democracia.

⁶ O Plebiscito foi realizado em 06 de janeiro de 1963. Embora o documentário fale em um universo de 15 milhões de votos, sendo quase 10 milhões a favor do presidencialismo, Jorge Ferreira sentença como “os números totais foram 9.457.888 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 contra” (FERREIRA, 2003, 402).

⁷ Coordenado pelo General Golbery do Couto e Silva, conforme referido anteriormente, e que mais tarde usou os dados do IPES para fundar o Serviço Nacional de Informações, no regime civil-militar.

⁸ Cabe ressaltar aqui que Goulart também se valia do uso dos termos relacionados ao cristianismo como estratégia de defesa das acusações de comunista, além dos termos correlatos à democracia, como expresso no seu discurso de posse.

⁹ O índice de 1964 é do ano completo, e não apenas do período que se encerra com a deposição de João Goulart.